

Documentação

OCIOAMBIENTAL

Fonte G7M

Data 18/5/2000 Pg A10

Class. 83

# Planalto articula-se para reeditar MP do Código Florestal

Pablo Pereira  
de Brasília

O governo decidiu reeditar a Medida Provisória do Código Florestal e pôs ontem seus líderes no Congresso para isolar o relatório do deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR). Com isso, os articuladores políticos do Palácio do Planalto ganham tempo para rediscutir o assunto e reverter a repercussão negativa deflagrada por conta da permissão de mudança nos percentuais de desmatamento na Amazônia. A manobra política, feita às pressas pelos governistas por determinação do Planalto, mudou o rumo da tramitação.

Um novo relatório deve ser apresentado por Micheletto para debate na Comissão Mista do Congresso. Para dar mais visibilidade ao tema, o número de membros da comissão foi dobrado, num acordo do qual participaram o presidente da Câmara, deputado Michel Temer (PMDB-SP), líderes partidários e do governo.

O líder do PSDB, deputado Aécio Neves (MG), disse à agência O Globo que o primeiro item a constar no novo relatório deve ser o zoneamento das áreas para desmatamento. Os chefes partidários concordaram que o percentual de desmatamento deve ser de 20%, conforme consta na MP, e não os 50% propostos no projeto de conversão, apresentado por Micheletto.

O projeto fora aprovado na semana passada quando os líderes governistas negociavam apoio à MP do salário mínimo. A passagem da proposta foi considerada uma vitória dos ruralistas e provocou a forte reação de ambientalistas, que pressionaram contra a ampliação da área de desmatamento da Amazônia. Anteontem, o presidente Fernando Henrique Cardoso avisou que vetaria a alteração proposta por Micheletto.

Ontem, o dia foi de intensas negociações. O desgaste terminou na conta do ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho. No início da semana, o

ministro atacara a proposta do relator e criou constrangimento entre os líderes governistas. Ontem pela manhã, em reunião com o PFL, que cobrou do ministro uma posição sobre o tema, Sarney pediu desculpas por ter criticado o resultado do trabalho de Micheletto.

Os pefelistas queriam saber se Sarney falava por si ou pelo Planalto. Toda a evolução do relatório de Micheletto, segundo parlamentares, vinha sendo acompanhado por representantes do Meio Ambiente, da Casa Civil e da Agricultura. A Casa Civil havia dito na comissão que estava de acordo com o relatório. Por isso, o relator estranhou a posição do ministro do Meio Ambiente, contrária ao texto. O ministro deu entrevistas atacando o relatório e terminou por forçar a Casa Civil a rever sua

**Aécio Neves (PSDB-MG), disse que o primeiro item a constar no novo relatório deve ser o zoneamento das áreas para desmatamento**

posição, além de provocar a intervenção pública do próprio presidente da República.

No encontro com o PFL, Sarney pediu desculpas pelas críticas a

Micheletto e encarregou colegas de partido de encontrar uma saída política para que nem ele nem o relator ficassem em posição difícil. Na reunião dos líderes no Congresso, quando ficou decidida a manutenção de Micheletto como relator e que o projeto vai para a gaveta para rediscussão, o deputado peemedebista ouviu dos governistas que o Planalto estava preocupado com a repercussão negativa do projeto. Na avaliação de parlamentares que acompanham o tema, a posição de Sarney obrigou a Casa Civil a ter de se alinhar com argumentos da oposição.

Para contornar a situação, os governistas manobram para que o relator receba novas emendas e refaça o texto. Micheletto diz que já aceitou 70% das propostas dos ambientalistas, mas que há pontos dos quais não abre mão. Ele diz que aceita discutir o percentual de desmatamento, mas quer fixar em três anos o prazo para zoneamento na Amazônia.